

Como a (des)valorização dos praças do corpo de bombeiros militar do estado de Goiás pode interferir na qualidade de saúde destes profissionais: uma primeira aproximação de pesquisa

How the (un)valuation of the military firefighters of the state of Goiás can interfere with the quality of health of these professionals: a first research approach

DOI:10.34117/bjdv7n10-104

Recebimento dos originais: 07/09/2021

Aceitação para publicação: 11/10/2021

Raphael Caixeta Serpa

Doutorando em Direitos Humanos (UFG)

Sgt. do Quadro de Praças Combatentes Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás

Programa de Pós- Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da UFG

Área do Conhecimento: (9.03.00.00-9) Carreira Militar Militar

Eixo: Conflitos Sociais e Políticas Públicas

E-mail: raphael.desenvolvimento@gmail.com

Drº Guilherme Borges da Silva

Doutor em Sociologia - pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Criminalidade e Violência (NECRIVI) e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP) Programa de Pós- Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da UFG

Área do Conhecimento: (9.03.00.00-9) Carreira Militar Militar

Eixo: Conflitos Sociais e Políticas Públicas

E-mail: guidhu@gmail.com

RESUMO

Fazer perceber que, como garantidor das leis e dos direitos, o profissional de segurança pública também deve se sentir amparado pelos direitos enquanto sujeito da sociedade. Assim, entender como a sua desvalorização pode acarretar no seu trabalho e em sua vida, traz um olhar para este que também têm seus direitos violados pelo Estado e, às vezes, até mesmo pela própria instituição. Sabe-se ainda que muitos desses profissionais sentem-se excluídos quando se refere aos Direitos Humanos, tendo a falsa ideia de que estes é para todos menos para eles. Ademais, o fato de a profissão dos bombeiros ter aprovação massiva por parte da população, pode esconder problemas que afetam esses militares sob uma visão de “super-heroísmo” que perpassa não haver situações de conflitos, violações e problemas de saúde. Apesar do orgulho da profissão, a rotina estressante do trabalho e o convívio com situações vulneráveis afetam psicologicamente esses profissionais, que com apoio limitado da instituição, e inseridos em uma cultura patriarcal onde a demonstração de fragilidade não é aceita, o “se virar” acaba sendo uma constante na resolutiva dos seus problemas. Como resultado dessa problemática, tem-se que o uso problemático de substâncias psicoativas é crescente e pode trazer a desestruturação da vida profissional e pessoal. Frente ao exposto, busca-se compreender sobre a valorização dos militares do quadro de Praças do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, e

como a mesma pode impactar na saúde dos mesmos e, a partir disso, realizar um levantamento do perfil de uso de substâncias psicoativas na corporação.

Palavras-chave: Profissionais de Segurança Pública, Substâncias Psicoativas, Corpo de Bombeiros, Sujeitos de Direitos, Segurança Pública.

ABSTRACT

To realize that, as a guarantor of laws and rights, the public security professional should also feel supported by rights as a subject of society. Thus, understanding how their devaluation can affect their work and their lives, brings a look at those who also have their rights violated by the State and, sometimes, even by the institution itself. It is also known that many of these professionals feel excluded when it comes to Human Rights, having the false idea that these are for everyone but them. Furthermore, the fact that the firefighters' profession has massive approval by the population can hide problems that affect these military personnel under a vision of "super-heroism" that pervades no situations of conflicts, violations and health problems. Despite the pride of the profession, the stressful routine of the job and the contact with vulnerable situations psychologically affect these professionals, who, with limited support from the institution and inserted into a patriarchal culture where showing fragility is not accepted, the "turn around" ends up being a constant in the resolution of their problems. As a result of this problem, the problematic use of psychoactive substances is growing and can bring about the destructuring of professional and personal life. In view of the above, this study seeks to understand the valorization of the military of the Military Firemen of the State of Goiás, and how it can impact their health and, from this, to conduct a survey of the profile of substance abuse in the corporation.

Key-word: Public Security Professionals, Psychoactive Substances, Fire Department, Subjects of Rights, Public Security.

1 INTRODUÇÃO

Falar de valorização não é uma questão tão evidente, visto que seria muito simplista e reducionista dizer que se trata apenas de ganhos salariais, bonificações, promoções, plano de carreira, etc. Afinal, ao analisar em sentido amplo esse termo, pode-se dizer que vai muito além dos aspectos mencionados, pois cada ser humano, de acordo com suas vivências e inter-relações, poderia entender valorização de diversas formas e sentidos. Por esse motivo, é importante aproximar a ideia de valorização, sobretudo profissional, do conceito de qualidade de vida (MINAYO, 2012).

Entre várias definições sobre o que seria a qualidade de vida, tem-se a elaborada por Gonçalves e Vilarta (2004), que a descrevem pela maneira como as pessoas vivem, sentem e compreendem seu cotidiano, envolvendo, portanto, saúde, educação, transporte, moradia, trabalho e participação nas decisões que lhes dizem respeito. Para Nahas (2003,

p.05), a qualidade de vida seria a “condição humana resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano”. De modo mais sintético, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1995) define qualidade de vida a partir da própria percepção que o indivíduo possui sobre a sua inserção no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Agora dentro de uma percepção mais ampla sobre esse conceito, Minayo, Hartz e Buss (2000) compreendem que qualidade de vida pode ser entendida como

[...] uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural. [...] O relativismo cultural, no entanto, não nos impede de perceber que um modelo hegemônico está a um passo de adquirir significado planetário. É o preconizado pelo mundo ocidental, urbanizado, rico, polarizado por um certo número de valores, que poderiam ser assim resumidos: conforto, prazer, boa mesa, moda, utilidades domésticas, viagens, carro, televisão, telefone, computador, uso de tecnologias que diminuem o trabalho manual, consumo de arte e cultura, entre outras comodidades e riquezas (MINAYO, HARTZ E BUSS, 2000, P.08-09)

Em se tratando da segurança pública, a necessidade de que exista a elaboração e a implementação de políticas públicas voltadas à melhora da qualidade de vida de seus operadores deve-se ao fato desse grupo ser “um dos segmentos mais vulneráveis aos acidentes e à morte no trabalho” (SOUZA e MINAYO, 2005, p.927) e, além do mais, ainda são poucos os estudos que visam a identificação dos fatores de risco e de vulnerabilidade, bem como os mecanismos para lidar com diferentes questões relacionadas ao campo da qualidade de vida, da saúde e da segurança no trabalho. Afinal, a natureza da atividade dos profissionais de segurança pública os coloca em diferentes contextos de risco, sob tensão e, muitas vezes, diante de situações limite. Por isso, torna-se fundamental o desenvolvimento de estudos que estejam interessados em produzir dados sobre as condições de trabalho e de existência desses profissionais, versando sobre temas que dizem respeito à qualidade de vida e à percepção da qualidade de vida.

Nesse sentido, a valorização dos operadores de segurança pública é uma questão primordial no que diz respeito aos avanços dos valores democráticos e na melhora da

qualidade de vida, tanto para esses profissionais quanto para a sociedade de modo geral. De acordo com Olga Matos (1998), quanto mais se aprimora a democracia, mais se amplia também a noção de qualidade de vida, o grau de bem-estar da sociedade e a necessidade de acesso a bens materiais e culturais.

Entre os diferentes atores que compõem a segurança pública, destacaremos neste artigo a figura do Bombeiro Militar (BM). O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBMGO) é um órgão da Segurança Pública segundo o art. 144 da Constituição Federal e segundo o art. 121 da Constituição do Estado de Goiás, e ainda segundo essa, a função do Bombeiro Militar é considerada além de insalubre uma atividade perigosa. Sobre as atribuições desses militares o art.125 da Constituição do Estado de Goiás nos diz que:

- I - a execução de atividades de defesa civil;
- II - a prevenção e o combate a incêndios e a situações de pânico, assim como ações de busca e salvamento de pessoas e bens;
- III - o desenvolvimento de atividades educativas relacionadas com a defesa civil e a prevenção de incêndio e pânico;
- IV - a análise de projetos e inspeção de instalações preventivas de proteção contra incêndio e pânico nas edificações, para fins de funcionamento, observadas as normas técnicas pertinentes e ressalvada a competência municipal definida no Art. 64, incisos V e VI, e no art. 69, inciso VIII, desta Constituição (Goiás, 1989).

Percebe-se então que as atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros são perigosas e que os militares estão expostos constantemente a diversos riscos, como os riscos físicos oriundos de atividades de salvamento, os biológicos quando estão expostos em operações de enchentes e alagamentos ou contato com fluidos/secreções corporais de vítimas de acidentes e, ainda, os mentais, quando, por exemplo, participam de experiências traumáticas com perda de vidas. Desse modo, a própria atividade fim acaba por afetar a qualidade de vida do Bombeiro militar (VIDOTTI, 2015).

O Bombeiro militar está em estado de alerta durante todo o seu trabalho. Ou seja, durante as 24 horas de serviço operacional. Além do mais, ele não possui ideia do que pode acontecer nesse período, pois toda vez que é chamado para cumprir sua atividade significa que alguém está em perigo. E quando executa a sua missão, aquela pessoa que necessita da ajuda do bombeiro militar acaba por depositar todas suas esperanças no profissional. Seguindo essa lógica de atuação, isso significa que o bombeiro militar deve estar sempre pronto e preparado para todos os tipos de demandas e ocorrências, o que

incondicionalmente faz com que esse profissional fique mais vulnerável às situações que podem gerar a sua degradação física e psicológica. Essa situação de vulnerabilização, por sua vez, influencia diretamente na qualidade de vida desse profissional (MONTEIRO et al., 2007).

A qualidade de vida, conforme explanado, confunde-se e se mistura com vários aspectos e questões que dizem respeito à valorização, saúde, direitos, autoestima, felicidade, realização pessoal, alcance de objetivos ou metas, entre outros (WHOQOL, 1994). Sobre esse ponto de vista, torna-se mais delicado abordar a valorização do Bombeiro Militar, pois esse profissional está inserido em um contexto de trabalho paradoxal. De um lado, esses indivíduos possuem garantias de serem trabalhadores concursados – estabilidade profissional, remuneração razoável, plano de carreira, direitos trabalhistas, etc. –, por outro, eles cumprem uma rotina de trabalho estressante, com longas jornadas de trabalho e acúmulo de atividades e funções, além dos problemas estruturais, como a falta de efetivo no quadro de servidores públicos (ACSPMESP, 2019).

Atualmente existem oito jornadas de trabalho no CBMGO, porém para a maioria que cumprem escala administrativa e operacional se enquadram em três escalas, sendo que para os militares que trabalham em áreas administrativas o regime é das 08:00 às 18:00 com intervalo de duas horas para o almoço; para os militares que trabalham na área operacional o regime é de 24x72 (24 horas trabalhadas com 72 horas de folga até o próximo trabalho); e há ainda o regime de 6 horas trabalhadas, para os militares que trabalham em seções que devem ficar abertas ininterruptamente para atendimento ao público como telefonistas/protocolistas no Comando Geral, para os militares que atuam nos gabinetes médicos e odontológicos e para os militares que trabalham com vistorias (fiscalização nas edificações quanto as medidas protetivas de incêndio e pânico) (RESIOBOM, 2021).

A valorização desse profissional deve ser tratada de uma forma ampla, de modo a contemplar seus anseios e realizações, não só suas necessidades básicas, como moradia e alimentação. A remuneração consegue suprir a base da Pirâmide Maslow¹, entretanto, ao

¹ O psicólogo americano Abraham Harold Maslow, propôs uma teoria na qual as necessidades são dispostas de forma crescente, uma pirâmide, na qual as necessidades são classificadas qualitativamente em cinco etapas ou degraus, que vão desde as necessidades fisiológicas até a de auto-realização. Propôs ainda que o galgar nas etapas dependem de ter obtido sucesso na etapa anterior, assim a necessidade de auto-realização só pode ser alcançada depois que as necessidades fisiológicas (comer, dormir, descansar).

subir na pirâmide, há outros aspectos igualmente importantes que devem ser levados em consideração e que são ímpares para o sentimento de valorização. A boa relação com a família e a comunidade, o reconhecimento e o desenvolvimento pessoal fazem parte do “topo” da pirâmide e que se interage com o sentimento de valorização, porém esses aspectos são pouco levado em consideração pelas instituições públicas (ALMEIDA et al., 2017; CHIAVENATO 2004).

Por exemplo, Lima (2019), ao realizar um estudo em um batalhão de tropa especializada da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), mostrou que 94% dos entrevistados consideraram que o lazer, o descanso e os períodos com as famílias são mais importantes para a qualidade de vida do que a remuneração financeira. Esses achados corroboram com a ideia de que a qualidade de vida tem vários fatores a serem levados em consideração, visto que o tempo em ambiente familiar é colocado como mais valioso que o incremento financeiro, fazendo perceber, assim, que a relação trabalhador/empresa ou servidor/estado deve ser equilibrada onde todos os direitos devem ser preservados e que ocorra a possibilidade de crescimento.

Com a queda do socialismo europeu, a mitificação do fim do marxismo e a crise financeira dos anos 70, o capitalismo e o modelo neoliberal de mercado passou a ganhar força para oferecer uma nova forma de “salvar” a economia, através de um mercado livre e competitivo que teria uma autorregulação pelo mecanismo de oferta e procura. Ofertou também a possibilidade de ganhos extras de acordo com a produtividade que foi um chamariz que seduziram o mundo para uma nova forma de mercado e das relações de trabalho (GAMA et al, 2019, ANTUNES, 2001).

Esse novo sistema foi validado pelos empresários e consumidores que vislumbraram uma nova possibilidade de obtenção de lucros e de melhor compra, onde tudo passa a ser tratado como mercadoria. A mão de obra, entre outras coisas, passa a ser uma oferta de trabalho que vale o que produz, assim a possibilidade de um ganho a mais já começa a ser parametrizado com produtividade. E como a concorrência dentro do setor de serviços também se torna livre, a mão de obra começa a ser explorada fortemente com a redução do valor da mesma e/ou seu valor vinculado a produtividade.

Por isso o papel social do Estado foi questionado e disseminou-se a ideia que a intervenção do mesmo na economia devia ser mínima, assim como seu papel social foi reduzido ao mínimo possível. Após 1930, as críticas a esse modelo econômico aumentaram e, ao invés da autorregulação, começou a ser apontado a existência de uma manipulação intencional da oferta, como uma consequente seletividade da procura (a quem tivesse condição de pagar o estipulado).

O Estado deixa então de ser produtor e ou/ órgão social e passa a ser um regulador coadjuvante da economia por meios de relações público/privada. Desde então, o Estado, por meio de seus governantes, passa a implantar a ideia de que ele também deve se submeter às mesmas regras das empresas privadas. A população, a partir dessa lógica capitalista, subjetiva a falácia desse novo Estado, com suas características de produtividade, de metas e fiscalização realizada pelo povo. Desse modo, o modelo neoliberal consegue o apoio populacional para validar as práticas de produtividade, concorrência, entre outros pontos, oriundas das empresas privadas aplicadas agora ao Estado, à Governança Pública (SILVA, 2007).

O novo modelo de Governança Neoliberal, que traz o que há de controle e concorrências nas empresas privadas para o setor público, produz a ideia de que com essas ferramentas e/ou modelos haverão governos mais justos e menos corruptos face à fiscalização pelo povo. Todavia, o que ocorre na prática é que esse modelo tem sacrificado ainda mais a os trabalhadores públicos, incluído aqui o Profissional Segurança, que passaram a trabalhar nesse modelo Estado/Empresa, colocando-os como elementos geradores de resultados, a maximização da produção, diminuição dos gastos, a redução dos custos das instituições, etc. Nessa nova perspectiva, o Estado deixa de lado o interesse público-social e se torna um estado empresarial, uma vez que o papel social do poder público é substituído pela maximização dos resultados e a minimização dos custos (DARDOT,P. LAVAL,C.A. 2016).

Assim como não é possível dizer que os profissionais de segurança pública não são assistidos pelos direitos humanos ou que eles são elementos antagônicos, visto que como parte da sociedade os mesmos têm tantos direitos quanto qualquer um outro cidadão, não há como dissociar que esse modelo de Estado que se adotou no país tem sido aplicado em todas as suas instituições. Alguns órgãos da esfera pública possuem estrutura semelhante ao do Estado, possuindo setores de licitações, recursos humanos, saúde,

logística, manutenção, engenharia, tecnologia da informação, entre outras. O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás é um exemplo, que em seu organograma possui diversos órgãos divididos em órgãos de direção geral, órgãos de direção regional, órgãos de execução, órgãos de direção setorial, Estado Maior Geral e órgãos de apoio (GOIÁS, 2013).

Para que um Bombeiro Militar possa exercer uma atividade fim (resgate, salvamento, de defesa civil, etc.), é necessário que toda uma cadeia administrativa funcione perfeitamente, com o provimento de recursos necessários, como, por exemplo, a aquisição de viaturas e materiais, treinamento, abastecimento das viaturas, distribuição do efetivo para maior cobertura da área de atuação, e assim por diante. Assim, cada vez mais se mostra necessário que os militares desempenhem várias funções, ora operacionais ora administrativas, para que o CBMGO “funcione” de forma eficiente e eficaz, podendo, com isso, cumprir seu papel na sociedade.

Destarte, estruturalmente vemos que o Estado já adota esse modelo, pois, além de promover uma propaganda de gestão enxuta, tem cobrado cada vez mais dos servidores a realização de múltiplas tarefas. E como dito, por efeito cascata isso tem sido aplicado a todas as instituições/órgão do Estado, como o CBMGO e as demais forças de segurança pública. Com a falta de concursos públicos e o foco no produtivismo, a cobrança por parte de todos (Estado, ministério público e população) pode gerar sérios problema na qualidade de vida desses profissionais. A falta de efetivo e a lógica de metas exigem um maior esforço individual desses trabalhadores, que, diante de várias questões de vulnerabilidade, faz com aumente as chances de efeitos danosos sobre a saúde física e mental desses profissionais.

Como exigir mais de profissionais que já devem estar em estado de atenção 24 horas por dia sem saber o que os esperam? Como falar de redução de custos onde os equipamentos de proteção individuais são imprescindíveis para a segurança e qualquer falha nesses equipamentos pode trazer um dano à vida? Assim, entende-se que esse neoliberalismo acaba por ser incompatível quando o assunto é valorização desse profissional. Afinal, se essas práticas de gestão adotadas pelo Estado deveriam ser positivas, eficazes, transparentes, elas, na verdade, acabam por espremer os trabalhadores, deixando-os ainda mais frágeis e suscetíveis à condições de estresse e adoecimento.

Estar em estado de alerta pode trazer sérios riscos à saúde, qualidade de vida e desempenho no trabalho. Segundo Gonzales o estado de alerta (EA) e o estado de alerta permanente (EAP) podem ser caracterizados como:

O EA pode ser caracterizado por níveis de atenção e concentração elevados, sendo que, mediante a ocorrência de eventos críticos, há o aparecimento de sinais e sintomas nos trabalhadores como agitação, sudorese e ansiedade, que podem aparecer e desaparecer em seguida (especialmente tendo em vista a necessidade de tomada de decisões rápidas). Já o estado de alerta permanente (EAP) se apresenta a partir da manutenção deste estado, mesmo quando o trabalhador está fora do ambiente de trabalho (GONZÁLES et al, 2006, p.).

Diante do exposto, vemos que os Bombeiros Militares, que devem estar sempre prontos e alertas, quando não há uma estratégia para que o mesmo possa voltar ao estado normal pós ocorrência, ou no fim de seu plantão, então o militar estará em EAP, que além de todos os prejuízos já citados do EA, terá também problemas relacionais fora do ambiente do trabalho, como brigas familiares, mau humor, insônia e o aumento do estresse (VIDOTTI et al 2015; GONZÁLES et al, 2006).

O olhar sobre as síndromes de esgotamento físico e/ou mental, como a síndrome de Burnout², devem ser acompanhadas de perto, pois trazem vários prejuízos para a saúde e para o trabalho dos que são acometidos por ela. Segundo Costa et al (2010), dentre os problemas desenvolvidos pela Síndrome de Burnout estão o desgaste psíquico, indolência e culpa. Como a atividade fim do Corpo de Bombeiros expõe os militares a diversas situações de emergências, esses profissionais estarão mais susceptíveis a desenvolverem essa síndrome, como pode ser observado em pesquisa de Santos & Passos, onde 85% da amostra apresentaram a síndrome de Burnout (COSTA et al, 2013; SANTOS & PASSOS, 2010).

Não se pode deixar de mencionar um fato que ocorre com os membros das Corporações: a rotulação de super-heróis. À princípio, essa intitulação soa como algo bom, valoroso e nobre, mas, por outro lado, esconde e vela sérios problemas, uma vez que a exposição da vulnerabilidade poderia arranhar a imagem de super-herói. Muitas vezes que são noticiados salvamentos, principalmente os de maiores comoções, como os de crianças, o rótulo de herói aparece nas narrativas. Forno & Marcelo (2009) ao

² Compreendida como um fenômeno psicossocial, a Síndrome de *Burnout* ocorre como resposta ao estresse laboral crônico e reflete importante desafio da vida profissional no século XXI (MELO E CARLOTO, 2016)

estudarem as vivências da profissão e dos cuidados desses profissionais, para manter o anonimato em sua pesquisa, escolheu nomes de heróis da mitologia grega para substituir os verdadeiros, mostrando dessa forma que o rótulo de herói já é fato consolidado (FORNO & MARCELO, 2019).

A quem os heróis chamam quando estão com problemas? Um das problemáticas desse rótulo, em conjunto com um sistema militar rígido, é que não há espaço para demonstração de fraqueza ou dúvidas. Já em sua formação, os bombeiros são treinados e/ou adestrados para não titubear diante de qualquer situação, não podem hesitar ao receberem uma ordem, e qualquer medo, dúvida ou questionamento é considerado um ato de fraqueza, não só para seus superiores como também para seus pares (FORNO & MARCELO, 2019).

Conviver rotineiramente com situações traumáticas, e estado de alerta com a falta de estratégias institucionais para a amenização e combate aos problemas físicos e mentais traz um fardo para o militar, como Oliveira & Oliveira (2020, p.) diz que “o trabalho nunca é indiferente a saúde mental”, o enfrentamento aos problemas vividos e gerados pela profissão devem ser tratados com atenção, é preciso que haja o socorro para que o herói continue seu trabalho.

Na busca pela resposta do que seria a valorização dos profissionais de segurança pública, percebe-se que esse tema é uma questão latente e discutida por alguns autores, em que alguns a tratam sob ótica da melhor remuneração, outros pelo status que podem alcançar em uma hierarquia ou cargos melhores em instituições/empresas, mas não há um consenso. Sabe-se, por outro lado, que quando o militar é valorizado e/ou percebido de forma positiva pela sociedade e pela instituição mais ele irá valorizar o seu trabalho e, assim, desempenhará suas atividades com melhor qualidade, por vezes sacrificando até mesmo seus próprios interesses inclusive a própria vida. (BARROS FILHO, 2010; MINAYO, 2012; ABREU, 2017).

Nesse sentido, em uma visão Espinosana, podemos dizer que todos os homens são relacionais e que essa interação pode acontecer de diversas formas, ou seja ele pode ser afetado de diversas formas, essas afecções podem ser interações positivas ou interações negativas. Serão positivas quando aumentam nossa potência e por semelhança, serão negativas quando diminuem nossa potência. Podemos dizer que quando temos uma afecção positiva do Bombeiro Militar por parte da população, teríamos uma elevação da

potência dos militares e estes, por sua vez, no uso da razão irão se sacrificar pelo bem coletivo em detrimento do seu próprio interesse; fortalecendo, assim, a potência do multido. (ESPINOSA,1632-1677); CHAUI, 1995).

Do mesmo modo, quando não há credibilidade ou qualquer outra afecção negativa desses profissionais, os mesmos terão sua potência diminuída e o que deveria ser uma unidade torna-se um ser apático e destoante da sua função que é a de servir. Assim, como no corpo, em que os sistemas devem atuar em sinergia, em proporções adequadas para que não ocorra uma doença e/ou disfunção, a instituição pública, seus membros e a população precisam estar em um mesmo sentido para que todos juntos sejam fortalecidos, eliminando os ruídos e as doenças (ESPINOSA, 1632-1677; GALILEI, 1928-1938).

De forma geral, o Bombeiro Militar, como profissional de segurança pública, sente satisfação em realizar sua função, que é de salvar vidas e proteger o patrimônio, pois sabe que ao realizar sua atividade fim, uma vida (seja humana ou de um animal) ou um local/ patrimônio será salvaguardado ou terá seu dano reduzido, produzindo, assim, um impacto fundamental na sociedade. Dessa forma, quanto mais atendimentos realizados, sua concepção de interação social será aumentada, sentindo-se valorizado pela contribuição social. Mas, mesmo satisfeitos com a sua profissão, podemos dizer que o mesmo se sente valorizado? (LIMA; MELATI, 2011;MELO &CARLOTO, 2016; MONTEIRO et al 2007).

A rotina estressante, que é inerente às atividades que executam, pode contribuir, juntamente com outras problemáticas relacionadas ao trabalho e com a qualidade de vida e de saúde, para que o Bombeiro Militar desenvolva vários tipos de doenças, como hipertensão, diabetes, uso abusivo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, depressão e, até mesmo, o suicídio. Além das doenças, o profissional fica desmotivado, pois o serviço se torna infundável e o tempo de lazer e de relacionamento com família e amigos diminuem (SARTORI, 2006).

Outro dado contra a valorização do profissional de segurança pública, deve-se a alteração das duas promoções anuais para apenas uma promoção e o não pagamento dos incrementos salariais dos militares do Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás, ocorridos em julho de 2019³. Dito que a remuneração não é a única forma de valorização, de que

³ O incremento salarial foi pago somente a partir de agosto de 2020.

ela é uma consequência do seu trabalho desenvolvido, não se pode duvidar da frustração que causa nos militares, uma vez que essa redução de gastos estatais envolve a perda de seus direitos (MINAYO,2012; GOIÁS, 2018).

Para exemplificação, pode-se retificar o fato de que o corte de uma promoção no ano já causa um atraso mínimo de 01 ano na promoção, ainda temos que levar em consideração que nem todas as vagas disponíveis são apreciadas, nesse caso a promoção pode “atrasar” por quase três anos, hoje há soldados que têm interstício para promoção estagnados há três anos. Essa falta de perspectiva de evolução na carreira, pode trazer sérias consequências, pois o militar se sentirá estagnado e desmotivado, já que era isso era assumido como seu direito e de repente vetado pelo Estado. Essa desmotivação causará um desequilíbrio tanto para o militar quanto para a instituição (já que essa é reflexo de seus partícipes) e, conseqüentemente, a sociedade também irá sofrer com isso.

Profissionais não valorizados tendem a produzir menos, adoecer mais e, por mais que este profissional tenha realizado um bom trabalho durante toda a sua jornada laboral, um único ato falho pode trazer consequências irreparáveis, que podem influir na sua carreira e na imagem da instituição permanentemente (MEIRELES 2006).

A partir do momento que falta valorização, o Bombeiro Militar, em sentimento, passa de uma classe de servidor especial e passa a se sentir um funcionário público comum, ele não sente necessidade em se aperfeiçoar fazendo cursos técnicos e cursos de especialização, e passa a realizar apenas o que lhe for mandado (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2006).

Além do discutido, há que levar em consideração também que a relação do Bombeiro Militar com a sociedade, quando positiva faz com que ocorra uma aproximação entre ambos e, conseqüentemente, o benefício se torna mútuo. Essa boa relação, no caso dos bombeiros, contribui com a recuperação da autoestima e da dignidade humana desses profissionais, faz com gere um sentimento de satisfação em salvar vidas e que a relação de confiança com a sociedade seja fortalecido (Santos 2019).

Segundo Arantes (2019), há uma grande cobrança por parte da instituição, regida pela máxima da Hierarquia e Disciplina, e por parte do Ministério Público, mas esse olhar criterioso não possui uma mão dupla, pois não é observado políticas de valorização por parte da instituição e nem ações do Ministério Público em prol dos Direito Humanos do profissional de segurança pública. Até mesmo a sociedade que dá notoriedade e

relevância aos serviços prestados por esses profissionais, quando ocorre algo que não o esperado, como a perda de vítima, ou um atraso por problemas no trânsito, a partir de então passa a criticá-los (MONTERIO et al, 2007).

O processo de valorização do profissional de segurança pública passa por diversas etapas, desde como se sente satisfeito ou não com o seu trabalho (atividade fim) até a percepção de sua valorização pela própria instituição. Nesse sentido, essa primeira aproximação se faz necessária, para que se tenha um embasamento, para a continuidade da pesquisa e assim entender como é a percepção dos Bombeiros Militares do Estado de Goiás sobre o trabalho que realizam, e sobre como se sentem em relação à valorização profissional e qualidade de vida. Em seguida, poderá ser comparado com a realidade de outras corporações, identificando e relacionando os problemas que essa população aponta. Assim, a partir desses apontamentos poderemos estudar, comparar e propor políticas, estratégias e ações de valorização, para que os profissionais de segurança pública possam vislumbrar uma melhora na qualidade de vida e ainda mitigar o estigma de que os Direitos Humanos e a valorização são só para os outros.

2 METODOLOGIA

Esse trabalho é uma primeira aproximação com o objeto de estudo, por isso encontra-se em fase exploratória. Nesse sentido, busca-se realizar neste artigo, a partir de uma discussão bibliográfica, sobre 1) as mudanças sociais advindas com o neoliberalismo que têm levado à precarização do mundo do trabalho; 2) de como essa precarização tem se desenrolado entre os trabalhadores da segurança pública, especialmente entre os praças dos bombeiros militares, provocando um sentimento de desvalorização profissional e de demandas por políticas que visem a melhora na qualidade de vida no trabalho destes sujeitos; 3) e de como a desvalorização profissional e a precarização, juntamente com a cobrança social, que coloca os bombeiros militares dentro de uma perspectiva de heroísmo, acaba afetando a saúde física e mental desses trabalhadores.

3 PERSPECTIVAS

Como uma primeira aproximação de pesquisa sobre Bombeiros Militares, Direitos Humanos, Qualidade de Vida, Valorização e Saúde Mental, começamos a ter uma ideia

de como esses parâmetros se relacionam, levantando algumas hipóteses e metas para a pesquisa futura:

- Há um grande ruído entre Direitos Humanos e Segurança Pública que precisa ser compreendido e ainda mitigado, pois como sujeito da sociedade todas os direitos e nuances aplicados aos cidadãos, também são aplicados a eles. Porém esse ruído causa um distanciamento onde todos perdem, pois como garantidor de direitos o profissional de segurança pública precisa entender isso e aplicar em seu cotidiano, e como cidadão ele precisa que seus direitos sejam assegurados.

- Existe a necessidade de fomentar pesquisa de Direitos Humanos na Segurança Pública, para possamos entender os anseios e necessidades dessa classe. Os profissionais de segurança precisam passar de objeto de pesquisa para pesquisadores, assim poderemos enxergar o lado de quem é esteotipado como violador de direitos e que por vezes ninguém os assiste quando seus direitos são violados.

- Para definir o que é qualidade de vida e valorização, que são parâmetros qualitativos que dependem de vários fatores individuais, como já dito, é necessário que se realize uma pesquisa com militares pertencentes ao quadro de praças do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, para que a partir da definição desses parâmetros possamos entender e correlacionar os mesmos com problemas de saúde.

- Percebemos que o modelo econômico neoliberal e atualmente com a prática de governança neoliberal, sufoca todas as classes trabalhadoras sejam na esfera privada ou pública. Indissociavelmente nas instituições controladas pelo Estado, as ações de governança do Estado se refletem nelas, assim se queremos uma mudança institucional precisamos entender qual o direcionamento da governança pública Estatal, e a partir dessa compreensão discernir o que é melhor para o Estado e o que é melhor para a instituição, e assim fortalecer a instituição para que possa dirimir seus problemas, sem o risco de retaliação por parte do Estado.

- A função do Bombeiro Militar constitucionalmente é considerada insalubre e perigosa, além de permanecerem em alerta o tempo todo, constantemente são expostos a perigos e condições traumáticas que são precursoras de adoecimento, o estresse e o estado de alerta permanente. Há a necessidade então de que estratégias institucionais de enfrentamento sejam criadas para proteger o bombeiro militar, para que

o mesmo não procure subterfúgios isolados como por exemplo o conformismo, a agressividade e o uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas.

- Ao final da pesquisa ainda esperamos os dados levantados sirvam para que a instituição possa planejar o seu papel como zeladora de seus membros, elaborando uma política de proteção e ajuda para todos os militares, pois assim a instituição também será fortalecida.

REFERÊNCIAS

ACSPMESP (Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo). Cabos e Soldados em Pesquisa. Disponível em: <https://www.cabosesoldados.org.br/campanha-salarial-acscobra-reajuste-a-autoridades/>

ABREU, Jeferson Fabricio da Silva; ADÃO, Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira. **A QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS MILITARES: Um estudo no 2º Regimento de Polícia Montada de Santana Do Livramento -RS.** 2017. 22 f. TCC (Graduação) -Curso de Administração, Universidade Federal do Pampa, Rio Grande do Sul, 2017.

ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luís; MARQUES, Renato.

Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2012.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-48.

ARANTES, A.D. **Qualidade de vida e saúde no ambiente de trabalho do profissional da**

segurança pública – PM/GO. TCC – Curso de Especialização “Polícia e Segurança Pública” da Escola de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, Goiás, 2019.

BARROS-FILHO, M. L. **A política de valorização do profissional da área de segurança**

pública no Brasil. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 15, n. 2492, 28 abr. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/14762>>. Acesso em: 15 de abril. 2020.

CARDOSO, F. G.; FERREIRA, V. R.S.; SANTOS, C. C. R. S.; NAJBERG, E. Gestão de processos: Um estudo de caso em uma organização pública. **Revista de Administração da UEG**, v. 2, n.1, p. 34-52,2011.

CHAUÍ, M. Espinosa, uma filosofia da liberdade. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1995.

CHIAVENATO, I. Administração nos novos tempos. 2., ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COSTA, Ludmila da Silva Tavares et al . Prevalência da Síndrome de Burnout em uma amostra de professores universitários brasileiros. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre , v. 26, n. 4, p. 636-642, Dec. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722013000400003&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000400003>.

DARDOT, P., LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, cap. 8, pag 271-320.

ESPINOSA, B. Tratado Político. Tradução D. Pires de Aurélio. 1a ed. WMF Martins Fontes Ltda. São Paulo 2009.

FORNO, Cristiano Dal; MACEDO, Mônica Medeiros Kother. Do Protocolo aos Desafios Cotidianos: a Experiência Profissional de Bombeiros Militares. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 39, e184306, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000100120&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 jan. 2021. Epub 29-Jul-2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184306>.

GALILEI, G. Parágrafo 48 do Ensaíador (1623). Tradução M. Moschetti. *Revista GuaiRacá* - p. 211 - 218 - volume 29 nº 2 - 2013 - ISSN 0103-250X

GAMA, R. V. O.; FERREIRA, L. R.; COUTINHO, M. M.; MOREIRA, P. V. C. Precarização do trabalho: análise sobre as condições laborais dos militares no âmbito estadual. **P2P E INOVAÇÃO**, v. 6, n. 1, p. 206-227, 1 out. 2019.

GOIÁS, Secretaria de Segurança Pública. **Regimento dos Serviços Interno e Operacional Bombeiro Militar – RESIOBOM**. Corpo de bombeiros Militar do Estado de Goiás, p. 01-03, 11 de jan. de 2021. Disponível em: <https://www.bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/Resiobom-atualizado-em-11-de-janeiro-de-2021.pdf>. Acesso em : 15 fev. 2021.

GOIÁS. **Lei nº 18.305, de 30 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre a estrutura organizacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. Governo de Goiás, Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2013. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/90460/lei-18305, Acesso em: 15 de fev. de 2021.

GOIÁS. **Lei nº 20.244, de 24 de julho de 2018**. Fixa a data anual de Promoção por Merecimento e Antiguidade dos Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado de Goiás. Governo de Goiás, Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, 2018. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/100179/lei-20244. Acesso em: 15 de fev. de 2021.

GONÇALVES, Aguinaldo; VILARTA, Roberto *Qualidade de Vida: identidades e indicadores*. In: GONÇALVES, Aguinaldo e VILARTA, Roberto (orgs.). **Qualidade de Vida e atividade física: explorando teorias e práticas**. Barueri: Manole, 2004

GONZALES, Rosa Maria Bracini et al. O estado de alerta: um exploratório com o corpo de bombeiros. *Esc. Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 370-377, Dec. 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452006000300003&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452006000300003>.

LIMA, J.; MELATTI, G. A. Qualidade de Vida no Trabalho de Policiais Civis : um estudo na área da 11 a Subdivisão Policial de Cornélio Procópio / PR. **Gestão de Política Pública** no **Paraná**, n. 1978, p. 477–496, 2001.

LIMA, R.S. **A influência da licença especial na qualidade de vida dos policiais da companhia de Policiamento de Choque do Estado de Goiás**. TCC – Curso de Especialização “Polícia e Segurança Pública” da Escola de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, Goiás, 2019.

MATOS, Olga. **As formas modernas do atraso**. Folha de S. Paulo, Primeiro Caderno, 27 de setembro, 1998.

MEIRELLES, Dimária Silva e. O conceito de serviço. **Rev. Econ. Polit.** São Paulo , v.26, n. 1, p. 119-136, Mar. 2006 .

MELO, Lúcia Petrucci de; CARLOTTO, Mary Sandra. Prevalência e Preditores de Burnout em Bombeiros. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 36, n. 3, p. 668-681, Sept. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000300668&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001572014>.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R.; CONSTANTINO, P. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. **SciELO Livros**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. 328 p. ISBN 978-85-7541 -339-5. Available from SciELO Books. <<http://books.scielo.org>>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo and BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciênc. saúde coletiva [online]**. 2000, vol.5, n.1, pp.7-18

MINAYO, M. C. S. Valorização profissional sob a perspectiva dos policiais do Estado do Rio de Janeiro. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 3, p. 611-620, Mar. 2013.

MONTEIRO, Janine Kieling et al . Bombeiros: um olhar sobre a qualidade de vida no trabalho. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 27, n. 3, p. 554-565, Sept. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932007000300014&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000300014>.

NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e Qualidade de Vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 3. ed. Londrina: Midiograf, 2003.

OLIVEIRA, Marisa Augusta de; BRITO, Edeleon Marcelo Nunes de; OLIVEIRA, Simone Santos. Diálogos sobre trabalho e saúde: análise da movimentação interativa nos

blogs dos bombeiros do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2018, v. 23, n. 10 [Acessado 10 Janeiro 2021] , pp. 3297-3307. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.16392018>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.16392018>.

OLIVEIRA, Marisa Augusta de; OLIVEIRA, Simone Santos. A face humana do herói: análise do processo saúde-doença de bombeiros a partir de comunidades virtuais. *Interface (Botucatu)*, Botucatu , v. 24, e190252, 2020 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832020000100207&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Jan. 2021. Epub Oct 24, 2019. <https://doi.org/10.1590/interface.190252>.

OMS. The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. Social science and medicine. v.41, n.10, 1995

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. *Rev. bras. educ. fís. esporte*, São Paulo , v. 26, n. 2, p.241-250, June 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180755092012000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S1807-55092012000200007>

SANTOS, A. G. **A importância da valorização dos profissionais da segurança pública.** TCC – Curso de Especialização “Polícia e Segurança Pública” da Escola de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, Goiás, 2019.

Santos, P. G., & Passos, J. P. (2010). O estresse e a síndrome de burnout em enfermeiros bombeiros atuantes em unidades de pronto-atendimento (UPAS). *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online*, 2 (Ed. Supl.), 671-675. doi:10.9789/2175-5361.2010.

SILVA, Antônio Marcos de Sousa. A política de segurança pública no contexto da globalização: a precarização do trabalho policial. In: *JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI*, 3., 2007, São Luiz. São Luiz, 2007. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/34194/1/2007_eve_amssilva.pdf. Acesso em: 15 de fev. de 2021.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 917-928, Dec. 2005

VIDOTTI, Heloisa Giangrossi Machado et al . Qualidade de vida e capacidade para o trabalho de bombeiros. *Fisioter. Pesqui.*, São Paulo , v. 22, n. 3, p. 231-238, Sept. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180929502015000300231&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Dec. 2020. <https://doi.org/10.590/1809-2950/13125822032015>